



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **1500086-51.2018.8.26.0555**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Documento de Origem: **CF, CF, BO, CF, BO, CF, BO, IP-Flagr., BO - 2072516/2018 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 1811745 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 2450/2018 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 2072516 - 03º D.P. SÃO CARLOS, 2450/18/911 - 03º D.P. SÃO CARLOS, 2072516 - 03º D.P. SÃO CARLOS, 2450/18/911 - 03º D.P. SÃO CARLOS, 2072516 - 03º D.P. SÃO CARLOS, 2450/2018 - 03º D.P. SÃO CARLOS**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **MARCIO JOSE RABELLO**

Réu Preso

Aos 19 de novembro de 2018, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Marcelo Buffulin Mizuno, Promotor de Justiça, bem como do réu **MÁRCIO JOSE RABELLO**, devidamente escoltado, acompanhado da Dra. Amanda Grazielli Cassiano Diaz, Defensora Pública. Iniciados os trabalhos foi questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção das algemas, sendo que esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal. Prosseguindo, foi dada ciência às partes do laudo de fls. 125/126. Em seguida foram inquiridas a vítima Paulo Sérgio dos Santos, as testemunhas de acusação Urbano Leandro Polchachi Costa e Isaías Franklin de Souza, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. A colheita de toda a prova (depoimentos da vítima, das testemunhas e interrogatório do acusado) foi feita através de gravação em arquivo multimídia no sistema SAJ e nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra Marcio José Rabello pela prática de crime de furto qualificado. Instruído o feito o MP requer a parcial procedência da ação penal. A materialidade demonstrada pelo auto de exibição e apreensão. A autoria ficou bem demonstrada. O réu é confesso e foi surpreendido em poder da res furtiva após tê-la subtraído de local distante 400 metros de onde foi abordado. Não ficou demonstrado o emprego da chave falsa, apesar da perícia constatar que a tesoura era instrumento hábil para tanto. Requeiro a condenação na prática de furto simples, observando-se tratar de réu plurirreincidente com fixação de regime. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Adoto o relatório do Ministério Público. Tendo em vista a confissão do acusado em juízo, a Defesa deixa de tecer pedidos relativos à improcedência da ação. Requer-se o afastamento da qualificadora do emprego da chave falsa, inicialmente porque o objeto encontrado no interior do veículo ontologicamente não se consubstancia em chave mixa, que é o que a lei busca incriminar com maior rigor. De toda forma, como bem pontuado pelo “parquet” o uso da tesoura não restou bem comprovado, motivo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

pelo qual a qualificadora deve de toda forma ser afastada. No tocante à pena requer-se a imposição da reprimenda no mínimo na primeira fase da dosimetria e a compensação da agravante da reincidência com a confissão da atenuante da confissão espontânea na segunda fase. Na terceira, requer-se o reconhecimento de que o delito se deu na modalidade tentada, diminuindo-se a pena nos termos do § único do artigo 14 do CP. A teoria da “amotio” é apenas uma das teorias no tocante ao momento da consumação do delito que no presente caso, além de injusta, ela seria contra legis, pois contrariaria o disposto no inciso II do artigo 14, do CP. Isto porque no presente caso o delito não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do acusado. O acusado não teve posse pacífica da res e não se pode dizer nem mesmo que teve a posse. Desta feita requer que o delito seja reconhecido na sua forma tentada, com a redução consequente da pena. Requer-se a fixação de regime diverso do fechado para início do cumprimento da pena, observando-se a sumula 269 do STJ bem como o fato de que o acusado confessou o delito, devendo ser observado como norte para imposição do regime o § 3º do artigo 33 do Código Penal. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. MÁRCIO JOSE RABELLO**, RG 24.497.546 qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo, porque no dia 07 de outubro de 2018, entre as 19h00min e 02h10min, no cruzamento entre as Ruas Doutor Serafim Vieira de Almeida e Paulino Botelho de Abreu Sampaio, Parque Santa Mônica, nesta cidade e Comarca, subtraiu, para si, mediante o emprego de chave falsa (tesoura), o veículo Fiat/Fiat Prêmio CSL, placas CFU-4927-São Carlos-SP, ano modelo 1988, cor cinza, avaliado em R\$ 4000,00 (quatro mil reais – cf. auto de exibição e apreensão, auto de entrega e auto de avaliação indireta as fls. 11, 78/80 e 82/83), em detrimento de *Paulo Sérgio dos Santos*. Consoante apurado, o denunciado decidiu saquear patrimônio alheio. De conseguinte, ele se dirigiu até o local dos fatos na posse de uma chave falsa (tesoura), ao que, ao avistar o veículo da vítima estacionado, ele deliberou por empregar o seu artefato em sua porta, logrando abri-la. Uma vez no interior do automotor, Márcio o destravou e o colocou em movimento com vistas a acioná-lo. E tanto isso é verdade, que ao realizarem patrulhamento de rotina pela Avenida José Gonçalves Carneiro, aproximadamente a quatrocentos metros de distância do local em que o veículo fora subtraído, policiais militares se depararam com o indiciado ainda no seu interior, justificando abordagem. Ocorre que ao perceber a aproximação policial, Márcio deixou rapidamente o automóvel em comento, não sem antes se apoderar do rádio que ali estava instalado. Não obstante o esforço do denunciado, ele logo acabou contido. Realizada busca pessoal, com o indiciado foi encontrado o aludido rádio e uma tesoura, justificando sua prisão em flagrante delito. No mais, a partir de um número de telefone encontrado no interior do automotor, os milicianos conseguiram entrar em contato com o ofendido, o qual reconheceu os bens em tela como sendo seus. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (fls.62/64). Recebida a denúncia (fls.95), o réu foi citado (fls.106) e respondeu a acusação através da Defensoria Pública (Fls.110/111). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas a vítima, duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação por furto simples e a Defesa requereu o afastamento da qualificadora, reconhecimento do furto na sua forma tentada, aplicação da pena mínima e fixação de regime diverso do fechado. **É o relatório. DECIDO.** A prova oral, especialmente do relato dos policiais que efetuaram a prisão do réu, os mesmos avistaram este tentando ligar o motor do veículo, promovendo o chamado “tranco” e aproveitando o declive da via pública do local. Como não conseguiu acionar o motor o réu abandonou o veículo mas antes retirou do mesmo o aparelho de som, encontrado em seu poder pelos policiais. O réu admite que pretendia furtar apenas o tape do veículo para fazer uso de droga. Não é isto que a prova revela, porque o carro foi removido do local onde tinha sido deixado estacionado pela vítima. Tudo bem visto e examinado, a denúncia é procedente em parte. De fato não é possível reconhecer o emprego de chave falsa. A tesoura encontrada no



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

interior do veículo, como afirmou o perito, poderia ser usada como chave falsa ou mixa, mas dependendo da habilidade do utilizador. Tal instrumento foi encontrado no assoalho do veículo e não na ignição. Não há o mínimo indício de que o objeto serviu para a abertura do veículo. Segundo um dos policiais e o próprio réu, a abertura da porta se deu apenas mediante esforço físico, sem utilização de qualquer espécie de objeto ou chave. Não há também a mínima demonstração que a tesoura encontrada foi usada na tentativa de ligar o veículo. O réu falou que encontrou a tesoura dentro do veículo e a usou para cortar o fio que ligava o aparelho de som. Assim, deve ser mesmo afastada a qualificadora posta na denúncia. Entendo também que o crime é tentado e não consumado. A denúncia atribuiu ao réu a conduta de pretender furtar o veículo e não o aparelho de som. Apesar de removido do local o réu não conseguiu ligar o motor, a despeito das tentativas de aplicar o chamado “tranco”, levando-o a abandoná-lo. Para a subtração se efetivar do veículo é necessário ligar o motor para removê-lo. O fato de movimentá-lo utilizando-se do declive do terreno constitui início de execução da subtração, que estaria consumada se o réu tivesse conseguido ligar o motor. E no caso não consta que o réu tivesse sido detido quando ainda tentava acionar o motor, mas ele foi abordado quando já tinha abandonado o carro e levado do mesmo o aparelho de som. Em tal situação não se pode reconhecer a consumação do crime que foi imputado ao réu. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE A DENÚNCIA para responsabilizar o réu por tentativa de furto simples.** Observando os elementos formadores do artigo 59 e 60 do CP, em especial que o réu tem péssimos antecedentes, com a personalidade voltada para a prática de crimes contra o patrimônio e conduta social reprovável por se dar ao vício de droga, reputo necessário o agravamento da pena mínima, que fica estabelecida em um ano e seis meses de reclusão e doze dias-multa, no valor mínimo. Sem alteração na segunda fase porque a despeito da agravante da reincidência existe em favor do réu a atenuante da confissão espontânea, devem do uma circunstância compensar a outra. Por último, reconhecida a tentativa e verificado o “iter criminis” percorrido, próximo da consumação, porque o veículo foi removido do local onde estava, imponho a redução de um terço, apenas, tornando definitivo o resultado. Não é possível a substituição por pena alternativa, porque o réu é reincidente específico, estando ausentes os requisitos do artigo 44, incisos II e III do CP. **CONDENO, pois, MARCIO JOSÉ RABELLO** à pena de **um (1) ano de reclusão e oito (08) dias-multa, no valor mínimo**, por ter infringido o artigo 155, “caput”, c.c. artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal. Iniciará o cumprimento da pena no **regime fechado**, que reputo necessário para conter o comportamento delituoso do réu. Qualquer outro seria insuficiente para esta finalidade. O réu não poderá recorrer em liberdade. Como permaneceu preso desde o início, com maior razão deve continuar recolhido agora que está condenado, devendo ser recomendado na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Destrua-se o objeto (tesoura) apreendido. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):